

A revolta da vacina

Por **Murillo de Aragão** - 25 de outubro de 2020



Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

O passado ensina a quem tem paciência para aprender. Em 1904, o Rio de Janeiro viveu dias de baderna no episódio conhecido como Revolta da Vacina, quando a população se rebelou contra a Lei da Vacinação Obrigatória. O personagem central da confusão foi o médico sanitarista Oswaldo Cruz, que determinou, com o apoio do governo, a vacinação obrigatória contra a varíola.

Hoje, em meio à pandemia de Covid-19, atravessamos uma nova Revolta da Vacina? Sim. E o debate, com antecedentes no movimento geral antivacina, que já existe em vários países, é sobre se a vacinação anti-Covid deve ou não ser obrigatória.

Será que a nova revolta é específica e pontual? Ou seguiria na esteira de outras disputas relacionadas ao tema, como o uso de máscara, do confinamento compulsório, do emprego da hidroxiclороquina? Provavelmente vai se arrastar por um bom tempo.

E quais seriam as conclusões? A primeira é que, social e psicologicamente, a vacinação será importante. A maioria das pessoas vai querer estar vacinada para, ao menos, recuperar a sensação de liberdade. O mesmo

sentimento que os curados sentem após se livrar do vírus. Em Brasília já há quem promova jantares e eventos apenas para “covidados” — aqueles que já tiveram Covid e estariam imunizados.

Economicamente, a vacinação será relevante, já que poderá ser usada como exigência para o acesso a lugares públicos. Municípios podem requerer, em áreas turísticas, que os visitantes comprovem ter sido imunizados. Muitos países já solicitam prova de não contaminação e, no futuro, poderão pedir também o atestado de vacinação, como no caso da febre amarela.

No âmbito trabalhista, a prova de superação ou da imunização poderá vir a ser um pré-requisito para que se volte a frequentar o ambiente de trabalho. A vacinação contra a Covid-19 fará parte do “novo normal”, correndo ao lado da disputa política instalada no país.

O governador João Doria pode vir a consolidar uma liderança política em nível nacional mais robusta, a partir da produção da vacina na capital paulista, o que, no entanto, depende de autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), um órgão federal. Ali, certamente será travado um embate que influencia a disputa em 2022.

Na semana passada, após um ensaio de aproximação entre Doria e o governo federal sobre a vacina chinesa, em produção no Instituto Butantan, o presidente Jair Bolsonaro disse que não negociaria temas envolvendo a Covid-19. E que o governo federal não adotará tal imunizante.

Bolsonaro agiu de forma pragmática, como teria feito Lenin, por exemplo, que disse: “O que ajuda meu adversário me fere, e vice-versa.” Mas deveria ter pensado, também como Lenin, que, para fazer a Revolução Comunista, era preciso ficar “amigo dos inimigos”, isto é, dos banqueiros e milionários que financiaram o movimento na Rússia.

Ambiguidade e pragmatismo devem ser muito bem pesados em política. Ao se afastar de Doria na questão da vacina, Bolsonaro toma um lado. Mas será o lado certo? Doria, por sua vez, sem as compras do governo federal, poderá ter a influência e o alcance da vacina do Butantan limitados.

Texto publicado na [Veja](#) dia 23/10/2020.

Compartilhe isso:



Murillo de Aragão

Murillo de Aragão é advogado, jornalista, professor, cientista político e presidente da Arko Advice Pesquisas e sócio fundador da Advocacia Murillo de Aragão. É Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal (UniCEUB), é mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília e doutor em Sociologia (estudos latino-americanos) pelo Ceppac – Universidade de Brasília.

Entre 1992 e 1997 foi pesquisador associado da Social Science Research Council (Nova York). Foi membro do "board" da International Federation of the Periodical Press (Londres) entre 1988 e 2002. Foi pesquisador da CAPES quando doutorando no CEPAC/UnB. É membro da Associação Brasileira de Ciência Política, da American Political Science Association, da Internacional Political Science Association, da Ordem do Advogado do Brasil (Distrito Federal) e do IBRADE - Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral. Foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (2007 - 2018). Como membro do Conselho, foi chefe de delegações do organismo na Rússia , BRICs e Comunidade Européia. Como palestrante e analista político, Murillo de Aragão proferiu mais de duas centenas de palestras, nos últimos 20 anos, em Nova York, Miami, Londres, Edimburgo, São Francisco, San Diego, Lisboa, Washington, Boston, Porto, Buenos Aires, Santiago, Lima, Guatemala City, Madrid, Estocolmo, Milão, Roma , Amsterdã, Oslo, Paris, entre outras, para investidores estrangeiros sobre os cenários políticos e conjunturais do Brasil. Aragão lecionou as matérias "Comportamento Político" e "Processo Político e Legislação" no Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília. Foi professor visitante da Universidad Austral, Buenos Aires e consultor do Banco Mundial. É professor-adjunto da Columbia University (Nova York) . Em 2017, foi convidado para ser professor-adjunto na Columbia University (Nova York) onde leciona a cadeira "Sistema Político Brasileiro". É autor e autor do seguintes livros: Grupos de Pressão no Congresso Nacional (Maltese, 1992), 'Reforma Política – O Debate Inadiável (Civilização Brasileira, 2014) e Parem as Maquinas (Sulina, 2017). É colunista de opinião da revista Isto É, e do jornal, O Estado de São Paulo.
